

FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS - FBMG
Programa de Graduação em Teologia

Daniel Ferdinand van Eijk

SOBERANIA DE DEUS X LIVRE ARBÍTRIO HUMANO:
Entendendo a atuação de Deus e do ser humano na soteriologia

Belo Horizonte
2022

Daniel Ferdinand van Eijk

SOBERANIA DE DEUS X LIVRE ARBÍTRIO HUMANO:
Entendendo a atuação de Deus e do ser humano na soteriologia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Teologia da Faculdade Batista de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Tiago de Freitas Lopes

Belo Horizonte
2022

Daniel Ferdinand van Eijk

SOBERANIA DE DEUS X LIVRE ARBÍTRIO HUMANO:
Entendendo a atuação de Deus e do ser humano na soteriologia

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago de Freitas Lopes (Orientador) - STBM

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

Dedico esse trabalho primeiramente ao nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo - pois a salvação é somente por meio dEle. Dedico a minha mui amada esposa, Silene Cunha van Eijk, pela simplicidade, beleza e sinceridade de sua fé em Cristo. Dedico também a minha mãe, Trijnie Oving van Eijk, pelo amor que instilou em mim pelas Sagradas Escrituras. Dedico a meu pai, Nicolaas Willem van Eijk, pelo fervor e alegria da fé prática, cotidiana, que encontra no alcance do mundo pelo evangelho a exata expressão de seu amor a Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todos os meus colegas de pastorado da Igreja Evangélica Missionária Pentecostal (IEMP). Como é bom podermos andar juntos nossa jornada de fé e pregação da Palavra de Deus, e ver tantos frutos sendo colhidos para a glória de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Agradeço também aos cooperadores da Bem Estar do Menor (BEM) - braço diaconal da IEMP. Nos esforçamos com a mesma visão e propósito para que o amor de Deus seja experimentado de forma real e prática na vida daqueles que Deus nos chamou a servir.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus irmãos da IEMP Guanhães pelo apoio, incentivo, orações e cuidado durante todo esse período - em especial ao Conselho da IEMP de Guanhães.

Ao meu orientador o professor Tiago de Freitas Lopes pela paciência, pelo apoio, pela orientação e suporte em todos os momentos necessários.

Agradeço minhas filhas Nicole Cunha van Eijk Cruz (e, claro, com marido Lucas Araújo da Cruz) & Daniele Cunha van Eijk pelo incentivo em conversas, me presenteando com livros, com estudos e com as orações.

Não posso deixar de externar minha gratidão a todos que oraram e intercederam em meu favor diante de Deus, que me estimularam e apoiaram nesta jornada. E é maravilhoso ter Phillipe Júnior Gonçalves Dias Alves (junto com Edilamar e pequena Amice) como colega. Muito obrigado.

*Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de
Cristo ter morrido por nós quando ainda éramos pecadores.
(Romanos 5:8 - NAA)*

RESUMO

Objetiva-se abordar por meio desse trabalho a interação entre a soberania divina em cooperação com vontade humana, com um olhar mais atento na soteriologia, buscando demonstrar por textos do Antigo e Novo Testamento a existência desta colaboração e não oposição, ainda que nos seja difícil explicar essa antinomia teológica do exercício da soberania de Deus em sua relação com o homem. Utilizaremos a pesquisa bibliográfica como método, tendo por base o livro *Soberania Divina e Responsabilidade Humana*, de D. A. Carson, sendo auxiliados pelos livros *Vontade Divina e Escolha Humana*, de Richard A. Muller, e *A Soberania Humana e o Livre-Arbítrio de Deus* de Roque Nascimento Albuquerque e Fares Camurça Furtado. Nos dois primeiros capítulos verificaremos textos que tratam do tema no Antigo e Novo Testamento, e no terceiro capítulo a soteriologia no evangelho de João. O quarto capítulo será de reflexões históricas e atuais sobre a tensão entre soberania divina e vontade humana e, ao final, concluiremos entendendo a existência de cooperação nas ações humanas face a soberania divina.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania. Livre-arbítrio. Vontade Humana. Soteriologia.

ABSTRACT

It is aimed to approach through this work the interaction between divine sovereignty in cooperation with human will, with a closer look at soteriology, seeking to demonstrate through Old and New Testament texts the existence of this collaboration and not opposition, even though it is difficult for us to explain this theological antinomy of the exercise of God's sovereignty in his relationship with man. We will use the bibliographic research as a method, based on the book *Soberania Divina e Responsabilidade Humana* (Divine Sovereignty and Human Responsibility), by D. A. Carson, being aided by the books *Vontade Divina e Escolha Humana* (Divine Will and Human Choice), by Richard A. Muller, and *A Soberania Humana e o Livre-Arbítrio de Deus* (The Human Sovereignty and the Free Will of God) of Roque Nascimento Albuquerque and Fares Camurça Furtado. In the first two chapters we will verify texts that deal with the theme in the Old and New Testaments, and in the third chapter the soteriology in the Gospel of John. The fourth chapter will be of historical and current reflections on the tension between divine sovereignty and human will and, in the end, we will conclude by understanding the existence of cooperation in human actions in the face of divine sovereignty.

KEYWORDS: Sovereignty. Free will. Human Will. Soteriology.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| CAPÍTULO 1 | |
| Soberania Divina e Livre Arbítrio no A.T. | 12 |
| 1.1 - Gênesis 45.5-8 - Deus me enviou adiante de vós | 12 |
| 1.2 - Levítico 20.7 - Santificai-vos e sede santos | 13 |
| 1.3 - Juízes 14.4 ^a - Isto vinha do Senhor | 13 |
| 1.4 - 2 Samuel 24 - Deus incitou Davi | 14 |
| 1.5 - 1Reis 8.57-60 - Seja perfeito o vosso coração | 14 |
| 1.6 - 1Reis 11.11-13,29-39; 12.1ss. - Tomarei o reino | 15 |
| 1.7 - Isaías 10.5ss. - Cetro da minha ira | 16 |
| 1.8 - Jeremias 29.10-14 - Eu é que sei | 17 |
| 1.9 - Jeremias 52:3 - Por causa da ira do Senhor | 17 |
| 1.10 - Joel 2:32 - Aqueles que o Senhor chamar | 18 |
| 1.11 - Ageu 1:12-14 - Atenderam à voz do Senhor | 18 |
| 1.12 - Salmos 105.24s. - Mudou-lhes o coração | 19 |
| CAPÍTULO 2 | |
| Soberania Divina e Livre Arbítrio no Evangelho de João | 20 |
| 2.1 - João 3:27 - Dado dos céus | 20 |
| 2.2 - João 5.14; 9.1; 11.4 - Para que não te suceda coisa pior. | 21 |
| 2.3 - João 11:49-52 - Vós nada sabeis | 22 |
| 2.4 - João 19.10s. - Nenhuma autoridade | 23 |
| 2.5 - Judas Iscariotes | 24 |
| CAPÍTULO 3 | |
| A vontade humana e a Salvação no Evangelho de João | 26 |
| 3.1 - O homem e a incredulidade | 26 |
| 3.2 - Aquele que crê | 28 |
| 3.3 - Acesso ao Reino e Eleição | 29 |
| 3.4 - Pertencimento | 31 |
| CAPÍTULO 4 | |
| Reflexões sobre tensão entre Soberania de Deus e Arbítrio Humano..... | 33 |

| | |
|--|----|
| 4.1 - Para onde pende o pêndulo? | 33 |
| 4.2 - Agostinho e Pelágio | 35 |
| 4.3 - Erasmo de Roterdã e o livre-arbítrio | 35 |
| 4.4 - Tiago Armínio e o livre-arbítrio | 36 |
| 4.5 - Outros pensadores arminianos | 37 |
| 4.6 - Pensamento Calvinista sobre livre-arbítrio | 38 |
| 4.7 - Compatibilismo | 39 |
| CONCLUSÃO | 41 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

INTRODUÇÃO

Há um aparente conflito latente nas confissões religiosas cristãs no que tange a soberania de Deus em contraposição ao livre arbítrio humano. Não somente as confissões, mas também as escolas teológicas, seminários e as igrejas parecem não conciliar esses temas, havendo inclusive linhas de pensamento que apresentam uma soberania parcial de Deus e outras ainda que defendem a impossibilidade de o homem pecador fruir do livre arbítrio.

A conciliação se torna ainda mais complexa na soteriologia: a salvação depende de o homem escolher ou de Deus eleger? Se Deus é soberano em sua plenitude, Ele salvaria somente quem Ele quer? Ou o homem querendo e confessando Cristo como Salvador também seria salvo? Se é Deus quem determina os salvos, por que então pregar o evangelho a todos? Ou por que insistir na pregação a alguns que já ouviram?

Questão ainda mais intrincada quando se avalia a salvação individual: Deus de fato escolheu? Ou o indivíduo O “aceitou” e foi/será salvo? Deus salva primeiro o homem, para depois ele aceitar a Cristo como Senhor e Salvador, ou primeiro o homem o aceita para depois ser salvo por Ele?

O objetivo desse trabalho é buscar um olhar bíblico sobre a aparente antinomia entre a soberania divina e a participação do homem, tema que tem gerado inúmeros debates e estudos complexos e de difícil conciliação.

Por meio de reflexões teológicas entende-se que tanto a soberania de Deus quanto a ação da vontade humana possuem fundamentação e são amplamente defensáveis. Contudo, o principal objetivo desse trabalho é buscar compreender como esses dois temas se conciliam na fé Cristã, principalmente no processo de salvação (soteriologia).

O título “Soberania de Deus X Livre Arbítrio Humano: Entendendo a atuação de Deus e do ser humano na soteriologia” expressa tensão, oposição e dificuldade conciliatória, que demanda reflexão em como isso afeta diretamente a condução de sua vida e escolhas nesta vida.

A pergunta central que move essa pesquisa é “*como a soberania de Deus e a vontade humana convergem na soteriologia*”? E tem como ponto de

partida o contexto no qual o pesquisador se insere: a igreja com suas múltiplas facetas.

Desta forma, a principal motivação do presente trabalho é buscar compreender essa antinomia teológica - se é verdadeira ou falsa - e, em sendo falsa, pretender conciliar essas posições na soteriologia.

Como hipótese entende-se que essa antinomia é falsa e aparente, e que na soteriologia há uma convergência da soberania divina com a vontade humana; ou seja, não se excluem mutuamente, ao contrário, se complementam.

A metodologia eleita é a pesquisa bibliográfica, tendo como referência o livro de D. A. Carson *Soberania divina e responsabilidade humana: perspectivas bíblicas em tensão* (Ed. Vida Nova, 2019, e-book, 6 MB). Carson é um teólogo reformado evangélico canadense, Professor de Novo Testamento, escritor de vários livros e artigos, membro do conselho de fundação do *The Gospel Coalition*. Também é um dos autores da organização *Desiring God* de John Piper. Ao lado desta obra, duas outras auxiliarão na pesquisa: *Vontade Divina e Escolha Humana*, de Richard Muller; e *A Sabedoria Humana e o Livre-Arbítrio de Deus*, de Roque Nascimento Albuquerque e Fares Camurça Furtado.

Richard Muller é Doutor pela Duke University (EUA) e professor emérito da cátedra P. J. Zondervan de Teologia Histórica no Calvin Theological Seminary e membro do Junius Institute for Digital Reformation Research. Muller também é autor de diversos livros, entre eles *Calvin and the Reformed tradition*, *Dictionary of Latin and Greek theological terms*, *The unaccommodated Calvin*, *After Calvin* e *Post-Reformation Reformed dogmatics*.

Roque Nascimento Albuquerque é Pós-doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Hamline, Estados Unidos (2018) e Doutor em Língua Grega no Central Baptist of Minneapolis, Minnesota (2013), convalidado em Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Reitor da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), professor e Coordenador geral do Núcleo de Línguas e Idiomas Sem Fronteiras da UNILAB. Fares Camurça Furtado é médico e teólogo, atuando nas mídias sociais na reflexão de temas filosóficos e teológicos.

O trabalho será dividido em quatro capítulos. Seguindo-se à introdução, o primeiro capítulo tratará textos do Antigo Testamento que abordam direta ou indiretamente a soberania de Deus e escolha humana; sendo propósito do segundo capítulo verificar os textos do evangelho de João que versam sobre o assunto. O capítulo terceiro buscará compreender a soteriologia contida no quarto evangelho - João - à parte do segundo capítulo, tendo em vista conter inúmeros textos relacionados à soberania de Deus e à salvação. Finalmente o capítulo quarto trata de reflexões e posicionamentos sobre soberania de Deus e vontade humana. A Conclusão busca, então, responder à pergunta central, de como a soberania de Deus e a vontade humana se conciliam na soteriologia.

CAPÍTULO 1

SOBERANIA DIVINA E LIVRE ARBITRÍO NO A.T.

Este capítulo objetiva analisar textos que versam direta ou indiretamente sobre a soberania de Deus e vontade humana, apresentando também. Ante a impossibilidade de se tratar todas as passagens que versem sobre a tensão entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana, veremos aquelas que podem representar uma boa amostragem do pensamento contido no Antigo Testamento.

1.1 - Gênesis 45.5-8 - Deus me enviou adiante de vós

A primeira passagem que desejamos consultar está em Gênesis:

Agora, pois, não vos entristeçais, nem vos irriteis contra vós mesmos por me haverdes vendido para aqui; porque, para conservação da vida, Deus me enviou adiante de vós. Porque já houve dois anos de fome na terra, e ainda restam cinco anos em que não haverá lavoura nem colheita. Deus me enviou adiante de vós, para conservar vossa sucessão na terra e para vos preservar a vida por um grande livramento. Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, e sim Deus, que me pôs por pai de Faraó, e senhor de toda a sua casa, e como governador em toda a terra do Egito (BÍBLIA SAGRADA, ARA, Gênesis 45.5-8).

José conforta seus irmãos deixando muito claro a responsabilidade e intenções que tinham ao vendê-lo como escravo. Em nenhum momento de sua fala essa responsabilidade foi negada. De outro lado, José informa que, apesar dos irmãos terem intentado o mal contra sua vida, Deus utilizou-se da mesma situação para enviá-lo adiante dos irmãos, para lhes preservar a vida, realizando Seu propósito.

Esse entendimento é o mesmo em Gênesis 50.19,20, em que José deixa muito claro a ação e responsabilidade dos irmãos quando diz: “Vós, na verdade, intentastes o mal contra mim”. Percebe-se que os irmãos de José não agiram como fantoches, ao contrário, executaram o intento maléfico de seus corações e venderam José.

Neste mesmo episódio vemos que Deus também tem intenções claras e dirigiu tudo para que o resultado fosse benéfico. Não se trata de uma ação de Deus após a ação dos irmãos de José com o intuito de pegar algo ruim e transformar em algo bom, mas trata-se da intenção de Deus desde o início e no mesmo acontecimento de fazer convergir para o bem os fatos ocorridos na vida de Jose. Em outras palavras, o mesmo acontecimento tem como nascedouro duas vontades opostas que visavam dois resultados distintos.

1.2 - Levítico 20.7 - Santificai-vos e sede santos

Deus, concluindo um ensino, taxativamente nos ordena: “Portanto, santificai-vos e sede santos, pois eu sou o Senhor, vosso Deus”. Não há margem para dúvidas. Pelo contrário, no mesmo livro, capítulo 19.2 Ele explica o motivo da ordenança: “Santos sereis, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo”.

Ao observarmos o verso 8 do capítulo 20, temos uma informação extremamente importante (repetida em 22.32): “Eu sou o Senhor, que vos santifico”.

Vemos que Deus deixa claro a responsabilidade do ser humano em se santificar. Contudo, Ele não fica inerte, ao contrário, Ele é o santificador dos homens. A responsabilidade do homem não é diminuída por Deus ser o santificador, ao mesmo tempo que Deus não fica inerte no processo de santificação.

1.3 - Juízes 14.4ª - Isto vinha do Senhor

O contexto é a vontade obstinada de Sansão em se casar com uma mulher “das filhas dos filisteus”, algo que desagradou profundamente seus pais.

A bíblia não encobre aqui a responsabilidade de Sansão em sua desobediência. Mas traz a informação de “que isto vinha do Senhor”.

O que se pode perceber é a responsabilidade de Sansão em sua intenção pecaminosa de unir-se ilicitamente a uma mulher de fora do povo de Israel, e que esse mesmo fato (união ilícita) ocorria com o direcionamento de Deus com um fim proveitoso para os israelitas e para satisfazer Sua justiça contra os filisteus.

1.4 - 2Samuel 24 - Deus incitou Davi

Muitos estudiosos analisam esse texto junto com 1Crônicas 21.1-14.

O texto não deixa claro o motivo de Deus estar irado com Israel, tampouco clarifica qual teria sido o pecado de Davi que resultasse em tamanho castigo.

Contudo, o próprio Davi reconhece sua culpa nos versos 10 e 17, e o faz moralmente responsável por sua ação de ordenar e exigir o recenseamento.

O que se pode perceber é que a ação soberana de Deus em incitar Davi a realizar o censo não torna Davi menos culpado por realizá-lo.

Pode-se inferir por esse texto que Deus incita o homem a fazerem aquilo pelo quais serão castigados futuramente. Contudo, o castigo é justo pois nenhuma culpa moral pode ser atribuída a Deus, e toda a ação de realizar partiu do ser humano.

A soberania de Deus e a vontade humana se entrelaçam neste episódio, e vê-se que a ação soberana de Deus não atenua a responsabilidade do ser humano por seus atos. Também entendemos que a ação da vontade humana jamais limita a soberania de Deus.

1.5 - 1Reis 8.57-60 - Seja perfeito o vosso coração

Após o término da construção do Templo, fez-se grande celebração, e Salomão ora ao Senhor dedicando-Lhe o templo. Sua oração está carregada de súplicas a Deus para ouvir a oração de arrependimento de seu povo, Israel, quando eles pecassem e se arrependessem, e voltassem de coração ao Senhor.

Fica claro por toda oração de Salomão a responsabilidade do povo em se arrepender. Também, no verso 61 Salomão ordena ao povo: “Seja perfeito o vosso coração para com o Senhor, nosso Deus, para andardes nos seus estatutos e guardardes os seus mandamentos”. Também coloca sobre o homem a responsabilidade de ser perfeito no seu andar e em obedecer a Deus.

Contudo, nos versos 57-60 parece haver uma mudança de direção na oração, quando Salomão clama para que Deus não os deixe e, mais que isso,

que a presença de Deus resulte na inclinação do coração dos israelitas “para andarmos em todos os seus caminhos e guardarmos os seus mandamentos, e os seus estatutos, e os seus juízos, que ordenou a nossos pais” (v.58).

O fato de Deus inclinar o coração do povo para Ele não torna o povo menos responsável por arrepender, ser perfeito, obedecer e seguir os caminhos de Deus. Na verdade, essa ação de Deus é um estímulo para que o povo tenha alegria e desejo de amar e obedecer ao Senhor.

1.6 - 1Reis 11.11-13,29-39; 12.1ss. - Tomarei o reino

Em resumo, trata-se do cumprimento da profecia de Aías da divisão do Reino de Salomão por causa de sua idolatria. Deus expressamente declara que essa divisão não se daria nos dias de Salomão (por amor de Davi), mas sim nos dias do reinado de seu filho (Roboão). O capítulo 12 trata do cumprimento dessa profecia, deixando latente a tensão entre a soberania de Deus e a responsabilidade de Roboão.

A ação de Deus - fazendo cumprir a profecia - foi judicial, ou seja, do cumprimento de uma sentença contra Salomão que seria cumprida nos dias de Roboão.

Contudo, a ação de Roboão - sua insensatez, imaturidade e tolice em não atender ao pedido do povo - deu causa ao resultado “Israel se rebelou contra a dinastia de Davi” (NVI). A responsabilidade recai sobre Roboão por não ter ouvido o conselho dos anciãos, mas ter dado ouvido ao conselho dos jovens que haviam crescido com ele.

Pode-se ver a mesma tensão nos desdobramentos da vida de Jeroboão. O profeta Aías explicou a Jeroboão os motivos da ira de Deus, a aplicação da justa disciplina sobre a idolatria de Salomão que resultaria na divisão do Reino. E essa divisão daria a Jeroboão o reinado sobre as dez tribos de Israel. Deus foi além, e por meio de Aías prometeu a Jeroboão um reino forte, estável, firme, “como edifiquei a Davi, e te darei Israel” (1Reis11.38). Mas, para isso, Jeroboão deveria agir da seguinte forma: “Se ouvires tudo o que eu te ordenar, e andares nos meus caminhos, e fizeres o que é reto perante mim, guardando os meus estatutos e os meus mandamentos, como fez Davi, ...”.

Jeroboão viu o juízo de Deus sobre Salomão, recebeu o reinado sobre as dez tribos de Israel e poderia ter estabelecido seu nome como fez o rei Davi. Contudo, sua ação foi exatamente oposta ao que Deus havia dito por meio da Aías. E próprio Aías profetizou contra Jeroboão (1Reis 14.6-11). O desejo de Deus de abençoar não retira do ser humano a responsabilidade de obedecer.

1.7 - Isaías 10.5ss. - Cetro da minha ira

De um lado se vê claramente a soberania de Deus sendo executada por meio de uma nação - a Assíria. O texto é claro ao dizer que a Assíria é o instrumento de Deus para execução de Seu julgamento contra as nações. O verso 15 deixa claro que é Deus quem está manejando a Assíria para uso segundo seus propósitos (como se maneja o machado ou a serra), e como consequência o poder e a força não está na ferramenta em si, mas naquele que a utiliza.

Contudo, a ira de Deus se revela também contra a Assíria, por não compreender que a fonte de sua força e poder é o próprio Deus. Sua arrogância e independência sentenciam-na ao justo castigo do Senhor.

A compreensão dos papéis de Deus e da Assíria neste texto é extremamente importante. Deus exerceu diretamente sua justiça através da Assíria. Não se trata de um papel secundário, em que Deus usou a intenção e a força da Assíria de conquistar e espoliar nações para exercer o seu juízo; pelo contrário, no exercício de sua vontade Deus foi a fonte do poder e força dos assírios no exercício de seu juízo.

De outro lado, a Assíria também teve papel principal no uso de sua vontade - no desejo de conquistar, espoliar, dominar e destruir nações ao seu redor. O orgulho latente no cerne de sua vontade foi a causa do justo juízo de Deus contra ela. Poder-se-ia concluir pelo texto que a Assíria não teria sofrido nenhuma punição de Deus caso tivesse se mantido humilde e servil aos propósitos do Senhor.

Carson destaca:

Nesse acontecimento, Isaías consegue separar os papéis de Yahweh e da Assíria. O que essa divisão faz não é tanto mostrar que o acontecimento total é a soma dos papéis componentes dos dois atores, mas afirmar a soberania transcendente e inflexível de Deus sobre a história e a responsabilidade de todas as suas criaturas, incluindo os reis

estrangeiros, de reconhecê-lo como soberano: tudo isso sem o benefício de uma explicação de harmonização conveniente. As ações e motivos históricos da Assíria são entendidos como fatos importantes que dão fundamento para sua punição. Contudo, essa importância não reside em alguma ação que escape à esfera da soberania divina (CARSON, 2019, p. 31)¹.

Outros textos bíblicos, conforme destaca Carson, possuem essa mesma tensão entre soberania divina e vontade humana, como 2Reis 19.25; Isaías 30.28; 37.22ss.; 44.24-45.13; Jeremias 25.12ss.; 50-51.

1.8 - Jeremias 29.10-14 - Eu é que sei

Um belo texto do agir de Deus em favor de seu amado povo. Deus promete findar o exílio na Babilônia, trazer de volta o povo para sua terra e declara ter pensamentos de paz e conceder a Israel de satisfazer os desejos do coração de seu povo. A Versão NVI expressa desta forma o verso 11: “Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês”, diz o Senhor, ‘planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro”.

Contudo, os versos 12 e 13 chamam o povo de Israel à responsabilidade e ação: Invocar, orar e buscar ao Senhor de todo o coração. Os versos 13 e 14 são a resposta de Deus a ação de ser buscado pelo seu povo de todo o coração: Israel achará a Deus, terá sua sorte mudada e será novamente congregada na terra que Ele os deu.

Observa-se aqui que a ação de Deus não é fatalista, mas exige uma resposta do ser humano. Igualmente, a ação do ser humano não torna a ação de Deus circunstancial.

1.9 - Jeremias 52:3 - Por causa da ira do Senhor

Há neste texto um conflito: A ira de Deus foi a causa de Zedequias fazer o que era mau perante o Senhor ou um resultado dela? Esse mesmo conflito pode ser encontrado em 1Samuel 2.25, quando Eli repreende seus filhos, e o texto bíblico declara sobre Hofni e Fineias: “Entretanto, não ouviram a voz de seu pai, porque o Senhor os queria matar”.

¹ CARSON, D. A.. Soberania divina e responsabilidade humana. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

Importante, para entendimento desse texto, e entendermos se a rebelião de Zedequias é fruto da ação divina ou humana, ou uma combinação de ambos.

O autor deixa claro que a rebelião é consequência direta da ação divina. No entanto, trata-se do exercício do juízo divino em decorrência da maldade feita - portanto, a justa retribuição pelos atos praticados por Zedequias.

De outro lado, o texto deixa muito claro a responsabilidade de Zedequias: “Fez ele o que era mau perante o Senhor” (v.2). Zedequias não agiu como um fantoche, mas exerceu sua vontade de fazer o que era mau. A razão de ele persistir no erro repousa na ira divina de executar a justa sentença sobre a maldade que Zedequias cometeu.

1.10 - Joel 2:32 - Aqueles que o Senhor chamar

O texto inicia informando que “todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo”. Coloca no homem a responsabilidade de invocar ao Senhor para sua salvação. Contudo, o final do verso faz repousar no Senhor a salvação daqueles que Ele chamou: “aqueles que o Senhor chamar”.

Carson explica: “O “e” da última linha é um waw explicativo: o mesmo grupo é definido de forma diferente”.²

O texto não indica haver dois grupos distintos - aqueles que invocarão o nome do Senhor e aqueles que foram chamados. Na verdade, são o mesmo grupo - os que invocaram e foram chamados pelo Senhor. Vê-se, portanto, que a vontade humana (invocar) e divina (chamar) são independentes.

1.11 - Ageu 1:12-14 - Atenderam à voz do Senhor

Trata-se de um belo texto onde a vontade humana e divina se harmonizam para um resultado abençoador. Vê-se que todo o povo “atenderam à voz do Senhor” (v.12) faladas por meio de Ageu, e que “o povo temeu diante do Senhor” (v.12). A resposta de Deus foi um conforto para todo o povo: “Eu sou convosco, diz o Senhor” (v.13).

² CARSON, D. A., op. cit., p. 33.

Logo a seguir lê-se que “O Senhor despertou o espírito de Zorobabel... e o espírito do resto de todo o povo” (v.13) para realizar o trabalho no Templo. Despertar o espírito indica tornar o homem disposto ou desejoso em realizar determinada tarefa - havendo exemplos disso em outras partes da Escritura (cf. Is 42.1; Jr 50.9; Ed 1.1,5; 1Cr 5.26; 2Cr 21.16).

A resposta voluntária do povo estava alicerçada pela benção de Deus, que operava nos corações de cada um criando despertamento para realização da tarefa que lhes fora proposta. A benção de Deus estava diretamente relacionada a resposta obediente do povo à suas palavras. De outro lado, a obediência do povo é fruto do despertamento produzido por Deus. E o fato de Deus estar entre eles os encoraja a obedecer e trabalhar.

1.12 - Salmos 105.24s. - Mudou-lhes o coração

Trata-se de um cântico que exalta o poder e soberania de Deus, sendo Ele a causa final de todas as coisas. Contudo, por se tratar de um cântico, o salmista torna simplista a visão de como os acontecimentos da libertação do povo de Israel do Egito realmente ocorreram ao não indicar as ações de Faraó e dos egípcios contra Israel.

Vê-se que a tensão entre soberania divina e vontade humana irrompem dos textos apresentados e estão profundamente entrelaçados, frequentemente presumidos, mas sempre presentes no Antigo Testamento. É necessário agora verificarmos textos no Novo Testamento - mais especificamente no evangelho de João - como essa tensão se apresenta na Nova Aliança, no decorrer da história e da revelação progressiva de Deus.

CAPÍTULO 2

SOBERANIA DIVINA E LIVRE ARBÍTRIO NO EVANGELHO DE JOÃO

João inicia a carta declarando Deus como princípio sustentador e criador de todas as coisas. “A vida estava nele” (v.4) e era “a luz dos homens”. Havia oposição (trevas). Deus, sustentador e criador do universo, se opõe “a tudo o que há no universo que seja contrário à luz” (CARSON, 2019, p. 181)³. Conforme declara João 1.5: “A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela”. O texto não faz qualquer menção sobre a origem das trevas.

Esse início do Evangelho de João já nos permite perceber que há um destaque na soberania de Deus em Sua ação na terra, na história e na vida dos homens.

Convém lembrar que, como fizemos no capítulo anterior, não será possível vermos todos os textos relativos à tensão da soberania de Deus e vontade humana. Contudo, veremos alguns textos específicos que representam o pensamento joanino.

2.1 - João 3:27 - Dado dos céus

Uma contenda sobre popularidade suscitou essa resposta de João Batista. Não sabemos se João fala de si mesmo - relativamente ao número de pessoas que o procuram em contraposição aos que procuram Jesus - ou se falava do privilégio de as pessoas virem até Jesus para salvação.

Lindars sugere que ninguém pode receber nada, a menos que do céu lhe seja dado a capacidade de receber.⁴ Se compararmos João 3.27 com João 19:11, pode-se também entender o texto em 3:27 não como capacidade de receber, mas como que Deus determina o que será dado a cada um.

Há um perigo, levantado por Agostinho e seguido por Lagrange, de que se interprete o sucesso humano como um presente de Deus - entendendo ser

³ CARSON, D. A.. Soberania divina e responsabilidade humana. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

⁴ LINDARS, Barnabas, The Gospel of John (London, Reino Unido: HarperCollins, 1972), p. 166s.

mais correto pensar neste versículo como se João Batista se recusasse a tomar aquilo que o Pai não lhe deu.⁵

A certeza que temos pelo contexto do verso 27 é que a popularidade de Jesus crescia à medida que a de João diminuía, e isso estava completamente fora do controle de João.

A afirmação de João é muito geral, e não pode se limitar somente a essa situação, mas trata-se de uma máxima verdadeira que o apóstolo utiliza para explicar sua situação particular, ressaltando essa transferência de pessoas (e popularidade) dele mesmo para a pessoa de Jesus.

Não há no verso 27 qualquer julgamento moral, sobre certo e errado. Bultmann observa: “A declaração aponta para algo que ultrapassa a esfera do julgamento moral - que tem sua justificativa em outro lugar; ela justifica os acontecimentos, não as pessoas” (BULTMANN, 1961, p.172).⁶

Neste sentido, apesar da ação soberana de Deus em fazer Jesus crescer em popularidade, João não foi reduzido a uma marionete, já que deveria enfrentar uma situação moral - o protesto de seus discípulos. E sua resposta também está fundamentada na máxima da soberania divina para responder (e corresponder) com humildade à nova situação que lhe é impossível modificar. Sua resposta é uma exortação aos seus discípulos para responderem e corresponderem humildemente ao enfrentarem situações desanimadoras que não podem controlar, cooperando com o Senhor, sabendo que Deus é o a suprema razão de toda a história redentora e de toda a existência.

2.2 - João 5.14; 9.1; 11.4 - Para que não te suceda coisa pior

Esses textos nos fazem refletir sobre a relação entre pecado e enfermidade.

Em 5.14 pode-se inferir ser a cegueira resultante de pecado. Há textos no Novo Testamento que indicam haver essa relação direta entre enfermidade e pecado (e.g., At 5.1-11; 1Co 11.30; Tg 5.15; 1Jo 5.16), mesmo não sendo essa a tônica como um todo.

⁵ LAGRANGE, Marie-Joseph, *Evangile selon Saint Jean* (Paris: Gabalda, 1936), p. 94s.

⁶ BULTMANN, Rudolf Karl, *The Gospel of John: a commentary* (Oxford: Basil Blackwell, 1971), p. 172.

Os versos 1-3 do capítulo 9 de João deixam claro que “Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi para que se manifestem nele as obras de Deus”. Duas interpretações aqui são possíveis: a) Deus redireciona a tragédia para algo bom que redunde em glória a Ele; ou b) Deus age soberanamente na tragédia humana - no caso concreto, a cegueira - que tem sua razão de ser a revelação do próprio Deus ou de um aspecto de seu Ser.

Esse último entendimento (b) é o mais adotado pelos estudiosos e pode ser claramente percebido em 11.4: “Esta enfermidade não é para morte, e sim para a glória de Deus, a fim de que o Filho de Deus seja por ela glorificado”.

O que se pode compreender pelos textos é que nenhuma enfermidade está fora do controle da soberania e do propósito de Deus.

A resposta de Jesus em João 9.3 enfatiza não a origem da enfermidade, mas seu propósito, indicando que toda a tragédia humana está contemplada na soberania divina, ou seja, não se trata somente de causa e efeito, mas de propósitos soberanos de Deus com vistas à revelação de si mesmo para a Sua glória.

Seria o homem então um fantoche? Não, aqui também - como no caso de João Batista - o homem está diante de uma situação que não pode mudar, e necessita fazer escolhas de como corresponder - se cooperando ou não com a vontade divina.

2.3 - João 11:49-52 - Vós nada sabeis

Esse texto traz um grande complicador: uma profecia dita por alguém que não teme a Deus e que está tramando contra a vida de Jesus. João tinha conhecimento dos costumes relativos ao sacerdócio e administração do templo, quando declarou a respeito de Caifás: “...sendo sumo sacerdote naquele ano”.

De fato, a profecia estava constantemente ligada ao ofício sacerdotal e, “no pensamento rabínico, o caráter profético do ofício do sumo sacerdócio ainda é uma tradição viva.” (BAMMEL, 1954, p.351)⁷.

⁷ BAMMEL, Ernst, “archiereus prophētōn”, Theologische Literaturzeitung, vol. lxxix (1954), p. 351-6

A profecia de Caifás certamente tinha o direcionamento de Deus, no uso de sua soberania. Contudo, não se pode afirmar que Caifás era isento de responsabilidade. Observe que a frase inicia com uma forte crítica a seus pares: “Vós nada sabeis, nem considerais...” (v.49-50). Pode-se perceber nessas palavras um orgulho, arrogância e prepotência.

O interesse de Caifás não repousava no que era melhor para a nação de Israel, ou mesmo algum zelo no cumprimento profético de suas. Seu interesse estava fixo no motivo daquele encontro no Sinédrio: manter o poder e *satus quo* da classe sacerdotal. A ideia de Caifás é usar Jesus como um bode expiatório político.

Contudo, mesmo sendo completamente desconhecido por Caifás, Deus estava por trás da profecia por ele dita em sua função sacerdotal, para levar a cabo seu plano expiatório e redentor em Cristo Jesus, por meio de sua morte e ressurreição. Um evento desta magnitude precisava ser direcionado por Deus, e não repousar em mãos humanas falhas e orgulhosas que buscavam somente seus próprios interesses.

Deus e Caifás falaram a mesma coisa, mas com propósitos diferentes – Caifás realizou seus intentos humanos, mas Deus realizou seus propósitos soberanos em Cristo Jesus.

2.4 - João 19.10s. - Nenhuma autoridade

Pilatos, governador romano da Judéia, estava ciente de sua posição e autoridade quando de forma arrogante pergunta a Jesus: “Não me respondes? Não sabes que tenho autoridade para te soltar e autoridade para te crucificar?” (v.10). Na verdade, Pilatos estava inseguro sobre qual decisão tomar, pois afirma: “não acho nele crime algum” (v.4). Pelas leis romanas da época, Jesus era inocente, e Pilatos não desejava que sangue inocente recaísse sobre ele.

De outro lado, também os Judeus não queriam realizar essa execução, ao contrário, instigaram Pilatos dizendo que Jesus se declarou rei – e esse ato era contrário à César e ao império romano, sendo punível com a morte.

A forma como Pilatos se apresenta a Jesus deixa claro que ele sabia ser necessário exarar um veredito.

A resposta de Jesus coloca ainda maior tensão entre soberania de Deus e responsabilidade humana: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se

de cima não te fosse dada” (v.11). Em outras palavras, Jesus reconhece a autoridade “delegada” de Pilatos, mas deixa claro a Pilatos haver uma autoridade superior.

Ao afirmar “por isso, quem me entregou a ti maior pecado tem” (v.11), Jesus informa que quem o entregou aos romanos tem maior pecado, mas que Pilatos, ao executar a sentença de morte, também tem pecado, só que menor – ou seja, são igualmente culpados em proporções diferentes por suas ações.

Atos 4:27-28 traz luz sobre Pilatos, devidamente acompanhado por Judas, Caifás e todo o povo, informando todos serem “instrumentos” de Deus “para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram” (v.28).

Contudo, todos esses “instrumentos” – inclusive Pilatos – apesar de serem desígnios de Deus, não mitigam a responsabilidade dos envolvidos pois estes agiram deliberadamente tramando contra a vida de Jesus. Assim, Pilatos permanece sendo responsável por sua decisão covarde de entregar Jesus à morte – mesmo que seja por motivos políticos. Apesar de ser propósito divino, isso não atenua seu erro e pecado.

2.5 - Judas Iscariotes

Temos em Joao 6.2 a afirmação: “tendo já o diabo posto no coração de Judas Iscariotes, filho de Simão, que traísse a Jesus...”. Jesus tinha total conhecimento disso, pois em 6.18 cita a escritura “Aquele que come do meu pão levantou contra mim seu calcanhar”, sendo confirmado em 6.21b: “Em verdade, em verdade vos digo que um dentre vós me trairá”. E o próprio Jesus indicou o traidor em 6.26: “É aquele a quem eu der o pedaço de pão molhado”. Esse episódio é selado em 6.27: “E, após o bocado, imediatamente, entrou nele Satanás. Então, disse Jesus: O que pretendes fazer, faze-o depressa”.

A tensão entre soberania divina e vontade humana se revela quando Jesus afirma em 6.18: “...pois eu conheço aqueles que escolhi”. Em outras palavras, Jesus está categoricamente afirmando que dos 12 discípulos, um deles – Judas Iscariotes – não foi escolhido. Ou que Judas Iscariotes foi escolhido para um propósito maligno, sendo imperativo que a Escritura à respeito do traidor fosse plenamente cumprida.

Há uma evolução no comprometimento de Judas a satanás. Em 6.2 lemos que “tendo já o diabo posto no coração de Judas... que traísse a Jesus”. Uma semente foi plantada. Em 6.27 vemos que “entrou nele Satanás”.

Contudo, em nenhum desses momentos os planos de Deus foram frustrados, antecipados ou acelerados. Observe que é Jesus quem indica – após Satanás ter entrado em Judas – o momento da próxima ação e futura paixão de nosso Senhor, conforme v. 27: “O que pretendes fazer, faze-o depressa”. A soberania de Deus é total e completa sobre tudo e todos.

Isso não diminui a responsabilidade de Judas. Suas intenções já eram duvidosas (vide João 12.4-6) e ele agiu para cumprir os intentos de seu coração (Mt. 26.14s e João 18.1-11).

CARSON resume:

Mas a supremacia divina opera de alguma maneira misteriosa, de modo que a responsabilidade humana não é de forma alguma diminuída, ao mesmo tempo que o ser divino não é de modo algum maculado. Judas, especificamente, é responsável mesmo quando Satanás o está usando, porém sobre ambos está a soberania de Deus⁸ (CARSON, 2019, p.190).

Observa-se que o evangelho de João, nos moldes do Antigo Testamento, apresenta a responsabilidade humana e a soberania divina entrelaçadas nos textos sagrados. Parece haver uma convergência da vontade humana ao exercício da soberania divina; há uma indicação de que o desejo do homem se amolda ao propósito soberano de forma livre e intencional. Mas como isso se dá em relação ao novo nascimento, também de acordo com o evangelho de João? É o que veremos a seguir.

⁸ CARSON, D. A., op. cit., p. 190.

CAPÍTULO 3

A VONTADE HUMANA E A SALVAÇÃO NO EVANGELHO DE JOÃO

João inicia apresentando um resumo muito breve de quem é Jesus, seu propósito salvador e sua revelação ao homem. E, neste contexto, pontua ações e responsabilidades.

3.1 - O homem e a incredulidade

Pela leitura do Evangelho de João, percebe-se que o autor repousa no homem a responsabilidade por seus pecados.

Em João 1.10-11 temos duas frases que evidenciam a vontade humana: “mas o mundo não o conheceu” e “e os seus não o receberam”. Há uma evidente ação humana de negligenciar o conhecimento e acolhimento de Jesus.

O cerne do pecado estar em não reconhecer Deus como Deus, por meio de não conhecê-Lo e recebê-Lo. Nas palavras de Paulo, em Romanos 1.20b-21: “Tais homens são, por isso, indesculpáveis; porquanto, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato”.

Trata-se da incredulidade que toma forma em ações, como usar o Templo para negócios (2.13ss), suas obras más (3.19), adultérios (4.16ss), pecados que causam doenças (5.14ss), busca de glória própria (5.44), entre outros, conforme CARSON⁹:

... no materialismo grosseiro (6.26), na inconstância (6.66), na traição (6.71 etc.), na “justiça” hipócrita (7.23s.), na intenção homicida (7.30; 8.59; 11.48ss.), na escravidão tirânica (8.21,24,32-36), na mentira e no assassinato (8.44), na rejeição da luz (9.41), no roubo (12.6), na corrupção (12.10s.; 19.12s.), na hipocrisia religiosa (18.28), na violência física (18.22; 19.1-3) (CARSON, 2019, p. 238).

⁹ CARSON, D. A.. Soberania divina e responsabilidade humana. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

Jesus deixa claro seu desejo contrário à incredulidade em João 6.29: “Respondeu-lhes Jesus: A obra de Deus é esta: que creiais naquele que por ele foi enviado”.

O pecado precisa ser retirado por Cristo (João 1.29), mas é necessário que o homem se arrependa (atestado por Jesus em Mateus 4:17) e que deliberadamente desistam dele (João 5.14, 8.11 e 21ss).

João também utiliza a palavra “mundo” (*kosmos*) como referência a uma vida longe de Deus, de rebeldia, de não reconhecimento do enviado de Deus. Ele inicia seu livro declarando que Jesus era a vida, e a vida era a luz dos homens (1.4). Declara que a luz resplandece nas trevas (1.5) e ela veio ao mundo para iluminar a todo homem (1.7 e 1.9). Mas o resultado foi que “o mundo não o conheceu” (1.10).

Na verdade, o mundo odeia Jesus (7.7) e amaram mais as trevas que a luz (3.19-20), e por isso são merecedores do justo julgamento de Deus. Em João 8.23-24 Jesus deixa claro o resultado da incredulidade: “E prosseguiu: Vós sois cá de baixo, eu sou lá de cima; vós sois deste mundo, eu deste mundo não sou. Por isso, eu vos disse que morrereis nos vossos pecados; porque, se não crerdes que Eu Sou, morrereis nos vossos pecados”.

Interessante observar na ressurreição de Lázaro que Jesus claramente testifica que esse milagre iria acontecer “para que creiam que tu me enviaste” (11.42). Maria, irmã de Lázaro, não tinha fé que seu irmão seria ressuscitado, mas Jesus lhe garantiu que se ela cresse, veria a glória de Deus (11.40). Muitos presentes viram o mesmo milagre, mas o resultado foi diferente entre as pessoas: “Muitos, pois, dentre os judeus que tinham vindo visitar Maria, vendo o que fizera Jesus, creram nele. Outros, porém, foram ter com os fariseus e lhes contaram dos feitos que Jesus realizara” (11.45-46).

João 8.42-43 traz uma declaração difícil de Jesus. Ele argumenta com os Fariseus que, se de fato eles fossem filhos de Deus, haveriam de amá-Lo e reconhecê-Lo como enviado de Deus. Então questiona: “Qual a razão por que não compreendeis a minha linguagem?” Sua resposta à pergunta é desconcertante: “É porque sois incapazes de ouvir a minha palavra”.

Somos tentados a entender esse texto como se Deus tivesse obscurecido o entendimento dos fariseus. Contudo, no verso 46 Jesus explica que de fato eles são filhos do diabo (negador, caluniador, enganador,

blasfemador, opositor, acusador), e desejavam satisfazer seus desejos. Há uma escolha e responsabilidade dos fariseus – que não agem como se não tivessem outra opção, mas deliberadamente escolhem “satisfazer seus desejos”.

3.2 - Aquele que crê

Vemos também muito claramente no evangelho de João que Jesus continuamente desafia os homens a crerem, a obedecerem, a vir até Ele, a reconhecê-Lo como enviado de Deus. E todos os que assim procedem, são designados como “aquele que crê” ou algo semelhante (vide 1.7,12; 3.15-18,36; 7.39; 11.25).

Esses que (co)respondem ao convite de Jesus:

- a) Têm a vida eterna (4.13 e 6.47);
- b) Nunca mais terão fome (6.35);
- c) Cristo habita neles, e jamais perecerão (6.53,56);
- d) Não verão a morte (5.24; 8.51);
- e) Serão honrados pelo Pai (12:24ss);
- f) Foram feitos filhos de Deus (1.12).

Carson argumenta que a responsabilidade humana no livro de João não pode ser confundida com liberdade – que para João dizia respeito se livre do pecado e realizar a vontade de Deus. Ele nos dá a entender que a responsabilidade humana é compatível com a capacidade moral do indivíduo. Ele explica¹⁰:

Contudo, a exigência, a obrigação, não acarreta a capacidade independente. Se fosse exigido que voássemos como os pássaros, isso seria injusto porque não somos fisicamente capazes de voar; mas uma exigência de que sejamos santos não é injusta, se a única incapacidade é de ordem moral, i.e., uma firme determinação de escolher não ser santo. O mesmo acontece, na opinião de João, com a exigência de fé, feita por Cristo (CARSON, 2019, p.284).

Também se observa na leitura do Evangelho de João que o autor imputa aos homens a responsabilidade de crerem por causa dos muitos sinais

¹⁰ Carson, D. A., op. cit., p. 284.

e milagres que foram realizados (4.48; 12:37), e esses sinais apontam para o cumprimento das escrituras, estabelecendo o conteúdo dessa fé.

De outro lado, apesar do ser humano ser responsabilizado pelos seus pecados, João nos dá a entender que a nova era gerada em Cristo Jesus expôs o mundo e o indivíduo a uma ação direta de Deus na salvação e juízo.

Vê-se que a salvação não é fruto de haver pessoas melhores que outras, ou mais capazes de realizar escolhas ou que possuam méritos pessoais.

Os homens são apresentados como moralmente incapazes e, por conseguinte, a salvação precisa vir de Deus, que tem uma posição salvífica em relação ao mundo.

Em 1.12-13 temos duas expressões que se referem ao mesmo grupo de pessoas: “todos quantos o receberam” e “mas (nasceram) de Deus”. Fica subentendido neste texto que todos os que nasceram de Deus receberam a Cristo; e é igualmente correto dizer que todos que receberam a Cristo, nasceram de Deus.

3.3 - Acesso ao Reino e Eleição

Nicodemos, em João 3, foi confrontado com a realidade de que a eleição por nascimento (do povo de Israel) não garante acesso ao Reino, nem os méritos próprios de suas ações ou escolhas. Mas somente aqueles nascidos de novo da água e do espírito.

Os versos 5 e 6 Jesus explica a Nicodemos que assim como no mundo natural o semelhante produz outro semelhante, o novo nascimento deve ser produzido pelo Espírito.

Benoit¹¹ entende o pensamento joanino da seguinte forma:

Não é o ato de fé em si, nem nossos atos de amor, que nos constituem filhos de Deus; antes, se somos capazes de crer e amar, é porque recebemos dentro de nós uma semente [*un germe*] da vida divina e porque o Espírito Santo habita, vive e opera em nós. O ato de fé não constitui nossa filiação divina; antes, é a causa ocasional (no sentido filosófico) ou o sinal de filiação. Alguns não conseguem crer que Deus possa agir dentro de nós dessa maneira e, simultaneamente, nos deixar livres; mas muitos teólogos consideram que as duas

¹¹ BENOIT, P. “Paulinisme et Johanisme”, NTS, vol. ix (1963).

perspectivas são passíveis de conciliação (BENOIT, 1963, p.193).

Em João 6.35-40, sobre a questão de “vir a mim” (Jesus), percebe-se claramente que a ação de ir até Jesus está intimamente ligada a um contexto de predestinação: “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim” (v.37) e “E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu” (v.39). Já o verso 40 dá uma contrasta essas duas afirmações, inserindo a vontade humana (“a vontade de meu Pai é que todo homem que vir o Filho e nele crer tenha a vida eterna”).

Dois entendimentos precisam aqui ser refutados:

- a) A ideia do universalismo absoluto não condiz com outros textos explícitos contidos no evangelho de João e no seu contexto, onde fica claro que somente parte do mundo será salva (ou dada a Jesus);
- b) A ideia de que a missão de Jesus poderia falhar por causa da escolha humana de não ir a Ele e não reconhecê-Lo (incredulidade).

Pode-se compreender o verso 37 como uma garantia de que aqueles que o Pai deu a Jesus não somente se achegarão a Ele, mas também serão mantidos individualmente com Ele quando vierem.

Quando se compara os versos 39 e 40, observa-se que “todos os que me deu” são os mesmos “todo homem que vir o Filho e nele crer”; havendo o mesmo paralelo entre “que nenhum eu perca” e “todo homem ... tenha a vida eterna”.

Aqueles que são dados a Jesus não vão a Ele forçadamente, de forma “irresistível” ou contrário a sua vontade (alguns chamam de graça irresistível). Aqueles são dados por Deus a Jesus vão a Ele por intermédio de “ver” e “crer”.

Jesus é mais enfático no verso 44: “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer”. Hendriksen¹² afirma: “O Pai não somente acena ou aconselha, ele atrai!” (HENDRIKSEN, 1996, p.143).

¹² HENDRIKSEN, William. Exposition of the Gospel according to John (Grand Rapids: Baker, 1966), vol. i, p. 143 [edição em português: João, tradução de Elias Dantas; Neuza Batista (São Paulo: Cultura Cristã, 2004)]

Pode-se entender por esses textos que os homens são incapazes de trazer o reino – a salvação é pela ação de Deus. De igual forma, a rejeição por alguns não implica em derrota dos planos de Deus, mas sim vitória, pois todos os que forem dados por Deus a Jesus virão a Ele (v.37). Jesus sabia que muitos não creriam (6.64) por causa da incredulidade. Crer em Jesus, sem o agir de Deus, é impossível (ver Marcos 10.27).

Resolvida a incredulidade pela ação direta de Deus, em 6.63 vemos que “O espírito é o que vivifica; ... as palavras que eu vos tenho dito são espírito e são vida”. Não há espaço aqui para vanglória humana – somente pela ação do Pai e do Espírito é possível “ver” e “crer” para nossa salvação.

3.4 - Pertencimento

Um texto bastante importante no pensamento joanino sobre pertencer a Jesus está em João 17.9 e 10: “É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus; ora, todas as minhas coisas são tuas, e as tuas coisas são minhas; e, neles, eu sou glorificado”.

Pode-se pensar que esse pertencimento somente se daria após a conversão (novo nascimento) do crente. Contudo, a ideia desse pertencimento é anterior ao novo nascimento, passando uma ideia clara de predestinação. Isso é reforçado principalmente pelo capítulo 10 do Evangelho de João.

Neste capítulo Jesus é o bom (e único) pastor e o porteiro. Todos que vieram antes são ladrões e salteadores. Jesus faz distinção entre dois grupos: os que estão com o pastor (suas ovelhas) ou os ladrões e salteadores – isso em todos os tempos e eras.

Quando Jesus chamar suas ovelhas, elas o ouvem e seguem (v.3-5, 14, 16), e não seguirão outro. Muitos podem argumentar que essa sensibilidade de ouvir a voz do pastor somente ocorre após se tornarem suas ovelhas. Contudo, os versos 14-16 e 26 excluem esse entendimento, indicando haver uma seleção prévia de ovelhas e não ovelhas (ladrões e salteadores).

Jesus tem “outras ovelhas, não deste aprisco” (v.16) – talvez indicando Judeus e não-judeus – que ainda não foram reunidas a esse primeiro rebanho, resultando em que “haverá um rebanho e um pastor”. O pastor é o mesmo e um só – Jesus – mas há dois apriscos descritos. Deste segundo aprisco as

ovelhas “ouvirão a minha voz”. Elas ouvirão a voz de Jesus não porque se tornarão rebanho dele, mas porque já são.

Os incrédulos e opositores de Jesus não estão entre as ovelhas porque não creram – na verdade eles não creram por não serem ovelhas d’Ele, portanto, não pertencem a Ele (8.47) e nem estão na verdade (18.37). Esse mistério é assim descrito por Vanhoeve:

Para dizer a verdade, a alegoria (sic) inteira funciona assim: as ovelhas reconhecem seu pastor assim que ele se apresenta a elas, porque mesmo antes desse momento elas já pertencem a ele. Jesus as reconhece porque foram dadas a ele pelo Pai para serem seus discípulos, e elas reconhecem Jesus porque ele lhes foi enviado pelo Pai para ser seu pastor (VANHOYE, 1964, p.343).¹³

Como resolver esse impasse entre predestinação e os vários textos que falam a ação do ser humano (ver, crer, obedecer, ir, etc.) na soteriologia joanina? Recorreremos novamente a Vanhoye, quando afirma:

... quando Deus realiza sua obra [de fé] em nós, ele não o faz sem nós, mas por meio de nós. Certamente ele não nos dá simplesmente essa obra para realizar, como os judeus pensavam. Isso seria exigir o impossível. Mas, ao nos dar essa obra para que a realizemos, ele nos dá, ao mesmo tempo, os meios para realizá-la [“Mais nous la donnant à réaliser, il nous donne en même temps de la réaliser”], com a condição, naturalmente, de que nós não afirmemos que somos suficientes por nós mesmos (VANHOYE, 1964, p.343)¹⁴.

¹³ VANHOYE, Albert. “Notre foi, oeuvre divine, d’après le quatrième évangile”, in: Nouvelle Revue Theologique, vol. lxxxvi (1964):343. Cf. tb. E. K. Lee, The religious thought of St. John (London, Reino Unido: SPCK, 1950), p. 343s.

¹⁴ VANHOYE, Albert. op. cit., p.343.

CAPÍTULO 4

REFLEXÕES SOBRE TENSÃO ENTRE SOBERANIA DE DEUS E ARBITRÍO HUMANO

Pretende-se neste capítulo apresentar reflexões de pensadores, teólogos e posicionamentos denominacionais ocorridas ao longo da história até os dias atuais, indicando como a igreja tem se posicionado ao longo da história sobre a tensão entre soberania divina e vontade humana.

4.1 - Para onde pende o pêndulo?

Observa-se pela leitura da Bíblia que nela encontramos diversas passagens que reforçam a soberania de Deus, mas também passagens que reforçam o uso da vontade e escolha humana no desenrolar da história.

Quando se reflete sobre essa tensão entre a soberania divina e a vontade humana, a tendência é sempre empurrar o pêndulo para uma das extremidades, tendo em vista a limitação humana de solucionar e compreender essa antinomia teológica. “A razão para a amplitude do debate jaz na própria natureza de Deus e, a partir daí, impõe-se misteriosamente o que seria realmente ser livre quando se crê em um Deus que é absolutamente soberano” (ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, 2020, p.1).¹⁵

Poderia Deus, em sua soberania, se autolimitar para permitir ao homem uma livre escolha? E, se o homem exerce sua livre escolha, Deus se torna contingente, mesmo sendo soberano?

Com na queda do homem, no Jardim do Édem, Deus claramente impôs ao homem uma limitação (Gn 1.16-17): “E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás”.

Entende-se que Deus colocou diante do ser humano a possibilidade de escolher fazer ou não fazer, indicando quais seriam as consequências de suas ações. Se entendermos Deus como soberano, e em sua soberania a queda do

¹⁵ ALBUQUERQUE, Roque N.; CAMURÇA FURTADO, Fares. A soberania humana e o livre-arbítrio de Deus: Reconciliando nossa escolha com a soberania divina (p. 1). Edição do Kindle.

ser humano estava estabelecida, o homem não estaria livre para escolher, e sua escolha de pecar não lhe poderia ser imputada, pois foi constrangido a assim proceder.

Fato é que “todos pecaram” (Rm 3.23) e todos os homens “são indesculpáveis” (Rm 1.20). Se pecamos e somos indesculpáveis, isso é resultado da escolha humana, pois não caberia num conceito de justiça (Deus é Justo) punir aqueles que não tinham opção de agir de forma diferente.

Para auxiliar nosso entendimento, há no Direito Pátrio causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade:

- a) Exclui-se a ilicitude do ato praticado pelo agente quando este age em legítima defesa, por estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito;
- b) Semelhantemente, exclui-se a culpabilidade do agente quando age sob coação moral irresistível ou em obediência hierárquica.

Se Adão e Eva não eram livres para escolher, mas foram “coagidos” pela soberania de Deus a pecar, seria bastante estranho receberem sobre si o castigo. Contudo, o autor de Romanos já expressa a culpa da raça humana pelo pecado.

Ainda nos primórdios da criação, logo após a queda, temos relatado o primeiro homicídio (Gn 4). Muito interessante como Deus coloca diante de Caim novamente a possibilidade de escolher (v.7): “Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo”.

Se Caim não pudesse “proceder bem”, por que Deus então lhe daria essa informação ou oportunidade? Se não houvesse essa possibilidade, não seria mais fácil encurtar o caminho e falar como Jesus fez com Judas: “O que pretendes fazer, faze-o depressa” (Jo 13.27)?

Resta ainda pensarmos no “livre arbítrio”, o que vem a ser? Ela é plena ou é restringida? Tínhamos livre arbítrio antes da queda? Temos livre arbítrio após a queda? Como relacionar livre arbítrio com salvação? Salvos pela Graça? É por iniciativa de Deus? Vários autores e pensadores têm se debruçado na tarefa de “trazer luz” a esses temas.

4.2 - Agostinho e Pelágio

Pelágio – monge britânico que viveu entre os séculos IV e V da era Cristã – entendia que o homem poderia chegar-se a Deus sem auxílio da graça divina, por meio da leitura das escrituras. Essa ênfase empurra o pêndulo para os esforços humanos de agradar a Deus e alcançar a salvação. Pelágio entendia que o homem era capaz de pecar e de não pecar, e que responderia pelos seus pecados, e não pelos pecados de Adão e Eva.

Agostinho refutou as teses de Pelágio, afirmando a soberania e a graça de Deus na salvação em detrimento da ação humana. Contudo, um monge francês, João Cassiano, criou uma interpretação intermediária entre as ideias agostinianas e pelagianas, que ficou conhecido como semipelagianismo: O homem tem a habilidade de iniciar a salvação ao exercer uma boa vontade para com Deus, mesmo sendo pecador. A ideia era de que a salvação é dada por Deus, mas que é adquirida somente por aqueles que primeiramente a desejaram e antes da manifestação da graça.

Talvez tenhamos dois exemplos bíblicos dessa possibilidade semipelagiana: Noé, porque era justo, “achou graça diante do Senhor” (Gn.6.8); e o Centurião Cornélio (At. 10), que recebe o testemunho de ser “piedoso e temente a Deus com toda a sua casa e que fazia muitas esmolas ao povo e, de contínuo, orava a Deus” (v.2), e Deus moveu Pedro para sua salvação e iniciar a pregação do evangelho entre os gentios.

4.3 - Erasmo de Roterdã e o livre-arbítrio

Outro defensor do livre-arbítrio humano é Erasmo de Roterdã, que travou grandes batalhas com Lutero sobre esse tema. Erasmo entendia que livre-arbítrio é um poder da vontade humana que leva o homem a agir em direção as coisas que levam à salvação ou a afastam dela. Ele entendeu que a queda prejudicou as capacidades humanas, mas não destruiu a razão e o livre-arbítrio – contrariando, conforme defendia Lutero, Romanos 3.

Sintetizando o entendimento de Erasmo, o homem (mesmo caído) possui capacidade de conhecimento e obediência a Deus, e pode agir para assegurar sua própria salvação. A isso acrescenta-se a ideia do Molinismo (de Luís de Molina) sobre a presciência de Deus. A predestinação decorre não da

escolha de Deus, mas de sua presciência de conhecer antecipadamente as escolhas dos homens.

4.4 - Tiago Armínio e o livre-arbítrio

Um dos grandes nomes acerca do estudo do livre-arbítrio humano foi o teólogo holandês Tiago Armínio, cujo nome de batismo era Jacob Harmensz (1560-1609). Ele sofreu forte oposição dos Calvinistas/Monergistas – que, em resumo, defendem que a salvação é uma obra realizada exclusivamente por Deus, sem qualquer cooperação do esforço humano. A doutrina monergista ensina que o homem natural não possui qualquer possibilidade em si mesmo de amar a Deus. Isso significa que ele não é capaz de viver segundo a vontade do Senhor. Em seu estado caído, ele nem mesmo pode desejar aquilo que agrada a Deus ou compreender as coisas espirituais. Portanto, o Monergismo defende que Deus age de forma completamente soberana e independente na obra da regeneração. O novo nascimento de nenhuma forma depende da capacidade, da escolha ou inclinação prévia do homem¹⁶.

Armínio cria na sinergia entre a ação de Deus e a vontade humana cooperando para a salvação. Sua principal crítica contra os calvinistas residia no conceito da graça irresistível. Armínio entendia que o homem poderia resistir a graça de Deus e escolher aceitar ou não a sua influência. Sproul resume as ideias de Armínio:

A graça preveniente (...) capacita o homem a submeter-se a Cristo mas não necessariamente a desejar. O pecador é agora capaz de desejar, mas ele ainda não deseja fazer isso. A capacidade de desejar é o resultado de uma obra monergista, irresistível, do Espírito Santo, mas o desejar real é obra sinergista do pecador, cooperando com a graça preveniente de Deus; consentir com ela é obra do homem, que agora tem o poder de cooperar ou não com ela (SPROUL, 2002, p.145).¹⁷

Infelizmente Armínio morreu repentinamente em 1609, e não pode dar continuidade aos seus estudos e debates, cabendo a seus discípulos a continuidade de suas ideias. Uma síntese do pensamento arminiano é apresentada por Roger Olson: “os arminianos entendem que existe uma

¹⁶ CONEGERO, Daniel. O Que é Monergismo e o Que é Sinergismo? Disponível em <https://estiloadoracao.com/monergismo-e-sinergismo/> - Acesso em 07/06/2022, 09:00h.

¹⁷ SPROUL, R.C. Sola gratia: a controvérsia sobre o livre-arbítrio na história. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p. 145.

relação de cooperação entre Deus e o ser humano e interpretam como possível uma autolimitação divina em detrimento do livre-arbítrio humano” (OLSON, 2001)¹⁸.

4.5 - Outros pensadores arminianos

Um famoso arminiano foi John Wesley, que repudiava por completo a doutrina da predestinação. Entendia também a possibilidade de o homem chegar a um estado de não cometer pecado (perfeccionismo), valorizando e se pautando pelo excessivo rigor moral.

Outro teólogo que buscou compreender o tema foi Lewis F. Chafer (1871-1952). Em seu entendimento, os homens nascem espiritualmente mortos e incapazes de fazer qualquer ação que resulte em salvação. Contudo, afirma que a fé humana precede a regeneração (Deus responde a fé humana com a regeneração) colocando o foco na escolha humana e não na ação divina. Uma outra novidade em Chafer é que ele entende que a regeneração pode produzir dois tipos de crentes: aqueles que recebem a Jesus como Senhor, mas que não recebem como salvador.

Outro influente pregador do Século XX foi Billy Graham (1918-2018). Ele não foi conhecido por seus tratados teológicos, mas suas pregações tinham forte influência de Carl F. H. Henry, Dwinght Moody, Charles Finney, John Wesley e John Walvoord. O que chama a atenção nas ideias de Graham é uma frase contida em seu livro *How to be born again* (como nascer de novo), em que ele diz que “O novo nascimento é algo que Deus faz pelo homem quando o homem deseja render-se a Deus”. Traz a ideia de que para crer, o homem precisa de ajuda, mas para ser regenerado, o homem precisa crer.

Outro ponto foi que Billy Graham exerceu enorme influência sobre pregadores e evangelistas com o “sistema de apelo”, “em que muitos são chamados a entregar suas vidas a Jesus, por meio de muita insistência, muitas vezes com forte pressão psicológica, visando sensibilizar alguns a fim de que estes sirvam de motivação para que muitos outros também levantem suas

¹⁸ OLSON, Roger. História da Teologia Cristã: 2.000 anos de tradições e reformas. São Paulo: Vida, 2001.

mãos e façam sua “decisão por Jesus”” (ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, 2020, P. 48)¹⁹.

Outro autor também influente no Sec. XXI é Clark Pinnock (1937-2010). Em seu entendimento, para o homem ter liberdade de escolha é necessário que Deus limite sua presciência. Isso porque, se Deus conhecesse totalmente o futuro de uma pessoa, seria impossível ele agir de forma diversa. Essa autolimitação de Deus é o que possibilita o agir livre do ser humano e sua escolha (ou não) de salvação.

Por fim, Pinnock elabora seu sistema em quatro pontos: a) rejeita o modelo grego de imutabilidade de Deus (contrariando Agostinho); b) Deus não se abstrai do tempo, pois Ele não pode ser atemporal quando lida com a história; c) Deus não é impassível (pode mudar, aprender); d) reformulação da onisciência de Deus.

Para aumentar a liberdade e autonomia do ser humano, Pinnock limita a presciência e soberanias divinas, o que é uma consequência lógica do pensamento arminiano.

4.6 - Pensamento Calvinista sobre livre-arbítrio

Por fim, temos o calvinismo como um sistema teológico bastante robusto e consolidado, cujas raízes históricas remontam à Reforma Protestante, sendo feito uma releitura dos pais da igreja (especialmente Agostinho) e principalmente fazendo frente as heresias e ações no mínimo contraditórias da Igreja Católica.

A reforma protestante foi uma releitura e retorno aos escritos de Paulo e aos estudos de Agostinho. Wright afirma:

Os reformadores foram todos agostinianos. De fato, Martinho Lutero começou sua carreira como um monge agostiniano. John Wyclife (e seu discípulo Jan Hus), Ulrich Zwínglio, Martinho Lutero e João Calvino, todos negaram o livre-arbítrio em qualquer sentido que poderia ser aceito pelos arminianos, considerando-o como totalmente incompatível com a graça gratuita (WRIGHT, 1988, p. 27).²⁰

O termo “calvinismo” pode conter vários significados:

¹⁹ ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, op. cit., p. 48.

²⁰ WRIGHT, R. K. Mc Gregor. A Soberania banida: redenção para a cultura pós-moderna. São Paulo: Cultura Cristã, 1988, p. 27.

O termo calvinista, às vezes, refere-se aos que seguem os ensinamentos de João Calvino; e calvinismo, ao sistema teológico; outras vezes, calvinismo se refere à teologia reformada, que é um pouco mais ampla. Muitos usam a expressão calvinismo para se referir somente aos cinco pontos, outros usam para se referir ao monergismo em contraste com o sinergismo. O nome calvinismo é derivado de João Calvino (1509-1564), que é considerado o maior representante da fé reformada (ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, 2020, p. 58).²¹

A obra mais célebre de Calvino, *As Institutas da Religião Cristã*, influenciou inúmeros teólogos de sua época e gerações futuras. Importante ressaltar que Calvino também foi influenciado pelo Sínodo de Dort, e muitas de suas ideias já encontravam respaldo nos Cânones de Dort (resposta do Sínodo aos 05 pontos da Remonstrância).

Calvino elaborou um sistema contendo 05 pontos, que também são a base da Reforma Protestante junto com os cinco *solas* (*Sola Scriptura, Sola gratia, Sola fide, Solus Christus e Soli Deo gloria*), que em inglês formam o acrônimo TULIP:

- T** - Total Depravity (Depravação Total)
- U** - Unconditional Election (Eleição Incondicional)
- L** - Limited Atonement (Expição Limitada)
- I** - Irresistible Grace (Graça Irresistível)
- P** - Perseverance of the Saints (Perseverança dos Santos)

Pode-se dizer que a principal ênfase do Calvinismo reside na soberania de Deus. E, opostamente, uma das principais críticas ao Calvinismo reside em seu determinismo (decorrente da soberania de Deus), que envolve também questões relativas à presciência divina, liberdade e responsabilidade humanas, extensão da expiação e irresistibilidade da graça.

4.7 - Compatibilismo

Finalmente, no que diz respeito à tensão soberania de Deus e livre arbítrio humano, tem crescido um conceito filosófico de compatibilismo dentro das cercanias calvinistas e reformadas. Dois pesquisadores bíblicos têm

²¹ ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, op. cit., p. 58.

trabalhado neste assunto com mais proeminência: D. A. Carson e Scott Christensen.

Essa linha de pensamento reside no entendimento de que a Bíblia ensina tanto a liberdade humana quanto a soberania divina. Feinberg nos oferece uma descrição de compatibilismo bastante válida:

Deus pode decretar todas as coisas e, ao mesmo tempo, nós estaremos agindo livremente, de acordo com o sentido compatibilista de liberdade. Deus pode garantir que seus objetivos serão atingidos livremente, mesmo quando alguém não deseja praticar um ato, visto que o decreto inclui não apenas os fins escolhidos por Deus, mas também os meios para a consecução desses fins. Tais meios incluem todas e quaisquer circunstâncias e fatores necessários para convencer a pessoa (sem constrangimento) de que a ação que Deus decretou é a ação que essa pessoa deseja praticar. E assim, propiciadas as condições suficientes, a pessoa praticará a ação (FEINBERG, 1989, p;41).²²

Em linhas gerais, os compatibilistas creem que “Deus determinou as escolhas de cada pessoa; e, ainda assim, cada pessoa livremente faz suas próprias escolhas” (ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, 2020, P. 1)²³. Parece simples, mas certamente traz consigo inúmeros questionamentos, novas interpretações e definições na busca de compatibilizar essa tensão entre a soberania de Deus e a vontade humana.

Vê-se que tanto os textos do Antigo Testamento quanto o evangelho de João apresentam relatos sobre a ação da soberania divina no cotidiano humano e ações da vontade humana impactando a história e a realidade circundante. A soteriologia joanina também apresenta uma forte ação divina que demanda uma correspondência humana. Muitos estudiosos já se debateram sobre como essa interação da soberania divina e da vontade humana se dá de fato, sendo criado várias linhas de pensamento (arminianos, calvinistas, monergistas, compatibilistas, entre outros). Mas como isso afeta a igreja e o cristão do século XXI?

²² FEINBERG, John. Deus decreta todas as coisas. In: Predestinação e livre-arbítrio: quatro perspectivas sobre a soberania de Deus e a liberdade humana. São Paulo: Mundo Cristão, 1989.

²³ ALBUQUERQUE e CAMURÇA FURTADO, op. cit., p. 1.

CONCLUSÃO

Percebe-se ser quase impossível compatibilizar soberania de Deus e livre arbítrio humano. O texto de Isaías 55.8-9 é um convite a humildade e a aceitação de uma gigantesca (e inatingível) diferença de conhecimento: “Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o Senhor, porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos”.

Ainda assim abraçamos o desafio – não com interesse de debater, de assumir posições, de criticar entendimentos ou prejudicar pensadores e estudiosos que se ocupam do tema – com o intuito de conhecer mais nosso Deus, ficarmos extasiados e maravilhados com sua grandiosidade e honrá-lo como o magnífico e exaltado “tudo em todos” (1 Co. 15.28) que nos amou e deseja que, “onde eu estou, estejais vós também” (Jo 14.3), e de forma graciosa “meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada” (Jo. 14.23).

Pode-se facilmente afirmar que a Palavra de Deus contém tanto afirmações que declaram a soberania de Deus quanto falas de Deus para o homem indicando a necessidade de tomada de posição pelo homem em determinados assuntos.

Neste sentido, ainda que não se consiga explicar, parece-nos que Deus aprecia o uso da vontade humana para realização de seus propósitos, e se entristece ao ver o homem andar por caminhos distantes do “Autor da Vida” (At. 3.15) que resultam em morte.

Calvino se debruçou nesta tarefa de buscar entender, e assim declarou: “Não devemos supor que haja uma compulsão violenta, como se Deus os arrastasse contra a vontade deles; mas, de uma maneira maravilhosa e inconcebível, ele regula todos os movimentos dos homens, de modo que eles ainda retêm o exercício de sua vontade”²⁴.

²⁴ CALVINO, João. Commentary on the book of the prophet Isaiah (Edinburgh: Calvin Translation Society, 1850-1854), vol. i, p. 352.

Carson, também em seu esforço de entender essa tensão, informa que a soberania de Deus não é diminuída pelo homem no uso de sua liberdade: “Não menos importante é o fato bem claro de que a soberania divina não diminui de maneira alguma a responsabilidade humana, enquanto a culpa humana de modo algum contamina a santidade divina; ainda que as escolhas morais humanas não estão fora do controle divino” (CARSON, 2019, p.187)²⁵.

Uma metáfora talvez possa auxiliar nosso entendimento: O homem sadio, para andar, necessita de duas pernas. Pressupõe-se que uma delas seja a soberania de Deus (que sempre toma a iniciativa, que sempre age), e a outra a vontade humana que coopera e corresponde ao agir de Deus.

Pelos textos bíblicos vistos no Antigo e Novo Testamento, há sempre uma parte que “compete” a Deus em sua soberania, mas a resposta humana e a ação humana são demandadas. Isso é necessário, conforme se vê em Romanos:

Mas, segundo a tua dureza e coração impenitente, acumulas contra ti mesmo ira para o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus, que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento: a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade; mas ira e indignação aos facciosos, que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça. Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego; glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas (BÍBLIA SAGRADA, Rm. 2.5-11, ARA).

Na soberania de Deus somos informados que receberemos a retribuição “cada um segundo o seu procedimento”. Assim, o homem tem responsabilidade por suas decisões. No que concerne a soteriologia, entendemos que cabe ao homem corresponder (ou não) a ação de Deus de enviar seu Filho para salvar. E cada homem será inteiramente responsável por essa correspondência.

As contribuições deste trabalho sobre a tensão soberania de Deus e vontade do homem são, em primeiro lugar, demonstrar biblicamente que há espaço tanto para a soberania de Deus quanto para a ação da vontade humana. Em segundo lugar, essas duas vontades não são necessariamente

²⁵ CARSON, Donald Arthur. Soberania divina e responsabilidade humana. São Paulo. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

antagônicas para os filhos de Deus - ao contrário, podem cooperar para alcance dos propósitos divinos, sabendo que a vontade de Deus é boa, perfeita e agradável. Por fim, esse trabalho nos conduz a uma atitude humilde, de reconhecer que os caminhos de Deus são mais elevados que os nossos (Is. 55:9).

Certamente esse trabalho não se propõe a esgotar o assunto - homens sábios e entendidos já se debruçaram e trouxeram valiosas contribuições sobre o tema soberania divina e a vontade humana - mas tão somente de forma humilde e singela dialogar e manter aberto as discussões e pesquisas e estudos.

Moisés nos dá um excelente conselho: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei” (BÍBLIA SAGRADA, ARA, Dt. 29.29). Que na nossa busca por entendimento seja movida não pelo afã da letra, pela glória do conhecimento pelo conhecimento; mas pela busca em conhecer nosso grandioso Deus, assim como somos por Ele conhecidos (1Cor. 13:12), andando humildemente diante dEle e reconhecendo que muitas coisas ultrapassam nosso entendimento e que nossa mente humana é incapaz de conhecer a totalidade do que Ele é.

Soli Deo Gloria.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roque N.; CAMURÇA FURTADO, Fares. *A soberania humana e o livre-arbítrio de Deus: Reconciliando nossa escolha com a soberania divina*. 371 Editora. 1ª Edição. 2020. Edição do Kindle.

BAMMEL, Ernst. “*archiereus prophētōn*” - Theologische Literaturzeitung, vol. lxxix. Alemanha, Leipzig: Universitätsbibliothek Tübingen. 1954.

BENOIT, P. “*Paulinisme et Johanisme*”, NTS, vol. lx. 1963.

BÍBLIA SAGRADA - <https://my.bible.com/pt/bible> - ARA (Almeida Revista e Atualizada).

BULTMANN, Rudolf Karl. *The Gospel of John: a commentary*. Inglaterra, Oxford: Basil Blackwell, 1971.

CALVINO, João. *Commentary on the book of the prophet Isaiah*. Inglaterra, Edinburgo: Calvin Translation Society. 1850-1854, vol. i.

CARSON, Donald Arthur. *Soberania divina e responsabilidade humana*. São Paulo. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

CONEGERO, Daniel. *O Que é Monergismo e o Que é Sinergismo?* Disponível em <https://estiloadoracao.com/monergismo-e-sinergismo/> - Acesso em 07/06/2022, 09:00h.

FEINBERG, John. Deus decreta todas as coisas. In: *Predestinação e livre-arbítrio: quatro perspectivas sobre a soberania de Deus e a liberdade humana*. São Paulo: Mundo Cristão, 1989.

HENDRIKSEN, William. *Exposition of the Gospel according to John – Vol i*. EUA, Grand Rapids: Baker Book House. 1966.

LAGRANGE, Marie-Joseph. *Evangile selon Saint Jean*. Paris, França: Gabalda, 1936.

LINDARS, Barnabas. *The Gospel of John*. Londres, Reino Unido: HarperCollins, 1972.

MULLER, Richard. *Vontade divina e escolha humana*. São Paulo. Vida Nova. 2019. Edição do Kindle.

OLSON, Roger. *História da Teologia Cristã: 2.000 anos de tradições e reformas*. São Paulo: Ed. Vida, 2001.

SPROUL, Robert Charles. *Sola gratia: a controvérsia sobre o livre-arbítrio na história*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

VANHOYE, Albert. “*Notre foi, oeuvre divine, d’après le quatrième évangile*”, in: Nouvelle Revue Theologique, vol. Lxxxvi. França, Université catholique de Louvain. 1964.

WRIGHT, Robert K. McGregor. *A Soberania banida: redenção para a cultura pós-moderna*. São Paulo: Cultura Cristã, 1988.